ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DE CICLOS NA REDE MUNICIPAL DE SÃO PAULO (1989-2014)

UMA VISÃO CRÍTICA DA ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL PAULISTANA

LUCAS MOÇO LEUTWILER DI GIACOMO OLIVEIRA

RESUMO

A partir da análise de textos, leis e documentos oficiais, o presente trabalho buscará conceituar ciclos de aprendizagem e fazer um histórico descritivo, crítico e reflexivo da implantação efetiva ao longo de diferentes governos, eleitos de forma democrática, do sistema de ciclos na rede municipal de ensino de São Paulo entre 1989 e 2014. Originalmente, sua implantação tinha como objetivo central, os ciclos de formação, porém estes são transformados em progressão continuada pelas gestões posteriores e só mais recentemente volta-se próximo aos objetivos originais, ao longo do texto busca-se explicar tais diferenças e problematizar as mudanças efetuadas sob o prisma da busca de uma educação libertadora.

Palavras-chave: Ciclos de aprendizagem. Ciclos de formação. Currículo. Rede de ensino do município de São Paulo.

ABSTRACT

Based on the analysis of texts, laws and official documents, the present work will seek to conceptualize learning cycles and make a descriptive, critical and reflective history of the effective implementation of different democratically elected governments of the system of cycles in the municipal network of São Paulo between 1989 and 2014. Originally, its implementation had as its central objective, the formation cycles, but these are transformed into a continuous progression by the later administrations and only more recently comes close to the original objectives, throughout the text we seek to explain such differences and to problematize the changes made from the perspective of the search for a liberating education.

Key words: Learning cycles. Formation cycles. Curriculum. São Paulo school system.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, de maneira cronológica, se aborda o histórico da organização curricular e de ensino com ênfase ao sistema de ciclos de aprendizagem, isto a partir da primeira implantação destes na rede municipal de São Paulo durante a gestão da Prefeita Luiza Erundina de Souza (1989-1992) até o ano de 2014, já sob a gestão do Prefeito Fernando Haddad.

O objetivo deste artigo é descrever e conhecer a história da implantação dos ciclos de aprendizagem na rede paulistana e comparar a intencionalidade presente quando de sua implantação com o que efetivamente foi feito e mudado ao longo dos anos, tanto na própria intencionalidade, quanto à efetiva prática e organização das escolas municipais.

Tal estudo é relevante para compreender mais profundamente a concepção de ciclo que norteou as ações e documentos das administrações públicas ao longo do período proposto. No ano de 2014 foi feita uma mudança na organização de ciclos na rede paulistana que se compara ao passado e aponta ao futuro, é importante entender o contexto histórico e as experiências anteriores para refletir se as mudanças recentemente colocadas e as justificativas usadas para legitimá-las são condizentes com uma concepção libertadora de ciclo e de educação.

A maneira de tentar atender aos objetivos acima expostos será pela forma de uma pesquisa bibliográfica que abrange tanto as diferentes concepções de ciclo, quanto o próprio histórico prático de sua implantação. Será também muito utilizada a análise de documentos oficiais das administrações municipais do período proposto com olhar focado principalmente na intencionalidade e prática defendida para atingir uma organização escolar por ciclos que garanta ao aluno a aprendizagem.

Primeiramente a partir de definições presente em autores como Luiz Carlos de Freitas se tentará definir o conceito de ciclo e contra quais outras formas este deve se insurgir; depois a análise comparativa seguirá por pesquisa bibliográfica e de documentos oficiais descrevendo e refletindo sobre como os ciclos foram efetivamente pensados e praticados desde a gestão de Luiza Erundina até 2014.

1. O CONCEITO DE CICLO

A princípio é preciso conceituar ciclo. Existem várias formas de entender e definir ciclos, mas via de regra essa concepção de organização aparece como alternativa oposta à seriação e ao agrupamento de alunos por idade com objetivos curriculares ao professor e de aprendizagem ao aluno que devem ser atingidos na série-ano de forma que caso o aluno não produza avaliações condizentes à série deve haver repetência. O ciclo é visto como outra forma de organização do tempo e espaço escolar, pois pressupõe fugir da lógica da seriação e até mesmo mudar a concepção da relação escola-sociedade. Muitas vezes o ciclo aparece como sinônimo de progressão continuada, muito embora haja diferenças relevantes entre ambos, entender as diferenças entre tais conceitos, ajuda a entender por alteridade a definição de ciclo.

Para tanto a explicação de Luiz Carlos de Freitas (2003) sobre as diferenças entre a concepção de ciclos e a de

progressão continuada é muito útil.
[...] a primeira exige uma proposta global de redefinição dos tempos e espaços da escola, enquanto a segunda é instrumental – destina-se a viabilizar o fluxo de alunos e tentar melhorar sua aprendizagem com medidas de apoio (reforço, recuperação) (FREITAS, 2003, p.9).
Segundo tal autor o ciclo ideal supera a dimensão de aprendizagem e passa a respeitar um tempo contínuo de formação do ser humano (infância, pré-adolescência, entre outras), ao contrário do que faz a progressão continuada que tem objetivos puramente instrumentais: melhorar o fluxo escolar e agrupar séries.
Desta maneira o objetivo principal do ciclo não deve ser apenas mudar o tempo e espaço escolar se contrapondo à lógica da seriação e sim mudar as relações sociais entre as pessoas, de forma a criar uma alternativa à própria lógica dominante nas relações humanas, de competição, do currículo fracionado, de compactação e divisão dos conhecimentos, metas e objetivos. No extremo ideal os ciclos na escola estimulariam até mesmo uma nova concepção na sociedade: contra a "ditadura do relógio" e a lógica dos "ganhadores ou fracassados".
A definição de ciclo e sua diferença em relação à de progressão continuada é relevante, mas neste artigo se falará de ciclos de forma mais ampla, enquanto oposto à seriação; muito embora, a título de aprofundamento do debate, quando se estiver analisando o histórico dos ciclos na rede municipal se abordará se tais ciclos se aproximaram na prática do ideal proposto na concepção de Freitas (2003).

2. A GESTÃO LUIZA ERUNDINA

Paulo Freire, ao assumir a Secretaria Municipal de Educação (SME) do município de São Paulo durante a gestão de Luiza Erundina (1989-1992), partiu dos pressupostos emancipatórios, de construção da autonomia e do respeito ao tempo e ao conhecimento prévio dos alunos e propôs a toda rede municipal um diálogo para uma mudança curricular que gerou debates, simpósios e documentos oficiais, em um movimento conhecido como Movimento de Reorientação Curricular.
Tal movimento terá várias consequências práticas, institucionais e pedagógicas. Mas aqui serão analisados mais profundamente os aspectos referentes à implantação dos ciclos de aprendizagem que buscava uma mudança para criar condições de autonomia ao estudante e mudanças na sociedade com uma intenção de mudar a concepção de como se constrói o conhecimento, ou seja:

O Movimento de Reorientação Curricular estava imbricado com uma nova maneira de organização curricular na escola, os ciclos de aprendizagem, objetivando romper e superar com a lógica seriada, a concepção de educação bancária, a linearidade e a fragmentação curricular, a organização rígida do tempo e do espaço escolar, a avaliação etapista, classificatória, a retenção escolar, a dicotomia entre ensinar e aprender.
A organização da escola em ciclos implicou no respeito ao aluno, ao ritmo de desenvolvimento humano, ou seja, cognitivo, social e afetivo. (AGUIAR, 2011, p.3).
Paulo Freire deixa a Secretaria em maio de 1991 e assume Mário Sérgio Cortella que mantêm suas políticas e o supracitado movimento até que este desemboca no documento aprovado em agosto de 1992, chamado Regimento Comum das Escolas Municipais e com este a organização da escola por ciclos é aprovada da seguinte maneira: ciclo inicial (com os três primeiros anos); ciclo intermediário (com as 4ª, 5ª e 6ª séries) e ciclo final de dois anos (7ª e 8ª séries).
A implementação prática dessa proposta não será mais feita sob a óptica daqueles que a construíram na gestão executiva, pois Paulo Maluf ganha a eleição, governa de 1993 a 1996 e coloca como secretário de educação Sólon Borges .

3. A GESTÃO PAULO MALUF

Tal gestão implementa uma política educacional voltada à "qualidade total", conceito este fortemente baseado na escola competitiva e com embasamento neoliberal, com o objetivo de formar um aluno para competir e ser vitorioso no mercado de trabalho. Muito embora haja, principalmente nos anos de 1995 e 1996, cursos de formação de professores na rede para subsidiar a discussão do que é ciclo e de organização curricular, na prática tais cursos já tiveram uma concepção desvirtuada, pois foram feitos de cima para baixo e os ciclos foram se afastando da concepção original (inclusive porque o currículo continuou sendo seriado) e passaram a ser vistos como progressão continuada ou até mesmo como forma velada de implementar a aprovação automática.
Aprovação automática pode ser vista como um extremismo da instrumentalização própria do conceito de progressão continuada. Pois com o objetivo de evitar alunos com idade fora do ciclo-série e de melhorar o fluxo escolar para fins quantitativos se decreta que nenhum aluno pode repetir por déficit de aprendizagem ou por notas, o que na prática significa que o aluno obrigatoriamente pulará ciclos e séries mesmo sem nenhuma garantia de aprendizagem, ou oferecimento de recuperação paralela ou contínua. Também não há oferta de alternativas de avaliação. Na prática equivale a "empurrar o

aluno” à frente por sua idade, sem nenhum vínculo com sua aprendizagem ou habilidades conquistadas.
Paulo Maluf consegue eleger um sucessor Celso Pitta que é prefeito de 1997 ao ano de 2000.

4. A GESTÃO CELSO PITTA

Na gestão Pitta segue-se lançando documentos e havendo formações sobre o tema de ciclos, mas na prática tal gestão aproveitou o ensejo da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) para impor à rede uma mudança substancial.
Para esclarecer, a LDB, a lei 9394 de 20 de dezembro de 1996 em seu artigo 23 preconiza:
Art. 23º A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não- seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar (BRASIL, 1996).
DizeNdo ser necessário se adequar à lei nacional o Prefeito e sua equipe impõem uma Portaria e formações instrumentais forçam que as escolas mudem seu regimento. Em 1998 foi aprovada uma grande mudança institucional no sistema de ciclos da rede municipal paulistana, que foi a divisão dos mesmos em dois e não mais em três, passou a ser assim: ciclo I (da primeira à quarta série) e ciclo II (da quinta à oitava série).
Para Aguiar (2011) tais ciclos ficaram caracterizados claramente como blocos de série e ciclos de progressão continuada e não mais ciclos de formação com consequências contra-hegemônicas e libertadoras, assim:
Assiste-se ao retorno da fragmentação do ensino fundamental, da antiga “4ª série” do ensino primário, com a antiga “5ª série” do ensino ginasial; retrocede–se mais uma vez na organização do tempo e do espaço escolar, mas agora de forma diferenciada: não mais em séries, mas em blocos de séries.
Evidencia-se a diferença na concepção político--pedagógica, gnosiológica, ideológica e ética nos pressupostos e nos fundamentos para a organização da escola, que embasaram a prática educacional na sua implantação em 1992 e nas administrações subseqüentes, que provocaram a ruptura com o processo de construção de uma escola pública, popular e democrática (AGUIAR, 2011, p.7).
Não houve uma discussão programática profunda que visasse entender e ressignificar os espaços, avaliações e objetivos escolares de forma a poder transformar também a realidade externa à escola, esta mudança significou apenas uma nova forma de organizar o ensino fundamental por blocos de série, com aprovação automática entre séries e nenhuma mudança pedagógica profunda que dialoga com a intencionalidade desta divisão. Conclui-se que tais ciclos eram na verdade progressão continuada burocrática e instrumental.

5. A GESTÃO MARTA SUPLICY E OS CICLOS

Durante a gestão de Marta Suplicy, que vai do ano de 2001 até 2004, muito embora tanto nas formações de professores quanto em documentos oficiais aparecesse uma intencionalidade de buscar na educação em geral e em sua organização por ciclos em particular, uma busca de atingir a escola dialógica e emancipadora, a qual estava clara nas discussões e documentos que o implantaram o sistema de ciclos em 1992 não houve nenhuma mudança efetiva no sistema implantado na gestão Pitta.
Encontra-se aqui uma grande contradição de se admitir o problema e um erro e não fazer nada na prática para transformar, sequer um retorno para o sistema de três ciclos anteriores ao sistema supracitado.
A administração trouxe ao debate com a rede através de muitos documentos, como o EducAção nº 04 e EducaAção nº 05, uma reflexão sobre o sistema de ciclos afirmando inclusive que era possível dividir a organização escolar do tempo e espaço em três formas: séries, em ciclos, visto como blocos de séries ou progressão continuada e em ciclos de formação.
A administração informa aos educadores da rede a necessidade de se atingir de forma dialética os ciclos de formação com mudanças estruturantes na forma de avaliar de forma contínua e com concepção construtivista e social.
Como paradoxo, embora proponha todas essas reflexões e ações de forma oficial, neste período não houve nenhuma alteração efetiva na organização escolar, apesar de a própria gestão admitir que aquilo que havia na prática da rede municipal era um ciclo de blocos de séries, mas que se deveria buscar um ciclo de formação. A referida gestão não deu o passo decisivo de transformar a rede após ampliar as discussões com os segmentos escolares, houve uma perda de oportunidade.

6. AS GESTÕES SERRA E KASSAB E OS CICLOS

Na gestão Serra/ Kassab que vai de 2005 a 2008 e na gestão Kassab que vai de 2009 a 2012 houve uma nova tentativa embasada em conceitos neoliberais com ênfase na melhoria da qualidade e na

exigência dos alunos atingirem competências e habilidades conforme a série que frequentavam. Baseado no diagnóstico de que havia uma enorme defasagem conhecimento/série e idade/ano nos ciclos, a administração desse período visa através de documentos oficiais se focar em ações para transformar essa realidade.

Pode-se citar o Programa Ler e Escrever – prioridade na escola Municipal editado em 2005 e sua reorganização publicada em 2007 com vários projetos focados em diferentes objetivos para séries e ciclos.

Interessante observar que tais projetos se focavam muitas vezes nas séries dentro dos ciclos, um dos projetos visava o 1º ano do ciclo I, outro deles apenas o 3º. Tais documentos deixam claro que a administração tratava ciclos apenas como organização de blocos de séries, ou seja, como progressão continuada.

Outro importante documento editado em 2007 é o Programa: Orientações Curriculares: Expectativas de Aprendizagens e Orientações Didáticas para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, tal documento foi inspirado em experiências didáticas consideradas como vitoriosas e geraram outras formações para os professores para informá-los daquilo que a SME considerava necessário para os alunos aprenderem como currículo, competência e habilidade em cada série/ano e em cada área do conhecimento.

Na prática muitos projetos objetivavam garantir dentro dos ciclos e principalmente em suas séries finais, uma forma de classe de aceleração para evitar que o aluno tivesse uma distorção conhecimento/série e garantir que chegasse à série ou ciclo posterior com as expectativas de aprendizagem adequadas.

O problema é que nenhum dos documentos supracitados foi embasado em uma construção dialógica com toda a rede, não levou em conta a realidade social dos alunos e não houve tentativa de moldar o currículo a esta realidade que é plural.

A avaliação externa conhecida como Prova São Paulo demonstrou em 2009 e 2010 que os alunos tanto em matemática, quanto em português em maiorias que chegavam respectivamente a valores entre 80 e 60% dos alunos não tinham o desempenho adequado na série em que estavam. Ou seja, os objetivos pretendidos pela administração não foram atingidos.

É importante ressaltar que nesse período é que foi aprovada a lei federal nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006 a qual colocava a obrigatoriedade do ensino fundamental de 9 anos, começando o 1º ano com alunos de 6 anos e dizendo ser necessário para todas as redes de ensino no Brasil se adequarem a tal lei no período de 4 anos, ou seja, até o ano de 2010.

A cidade de São Paulo por meio da Portaria 5555/10 da SME propõe em seu artigo 19:

Art. 19º O Ensino Fundamental de 9 anos, implantado a partir de 2010, destina-se a alunos com idade mínima de 6 anos completos ou a completar até 31/03/11 e será organizado em dois ciclos:

a) Ciclo I – compreendendo do 1º ao 5º anos iniciais, do Ensino Fundamental;

b) Ciclo II – compreendendo do 6º ao 9º anos finais, do Ensino Fundamental (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO de São Paulo. Portaria nº 5555/10, de 22 de outubro de 2010).

A adaptação à lei feita por Portaria talvez evidencie a maneira como os ciclos foram tratados na gestão Kassab. Dado o fato de a lei federal ter obrigado todas as redes se adequarem até 2010 ao ensino fundamental de nove anos, a rede paulistana toma a decisão no último ano possível de forma unicamente burocrática e sem um diálogo amplo com a comunidade escolar.

Os ciclos vistos como blocos de série foram mantidos, bastou somar o 1º ano dos alunos com idade de 6 anos com o ciclo I, não se discutiu nem se debateu as necessidades deste tempo e desta idade, se ela de fato se coaduna com alunos de até 11 anos que se formarão ao final do mesmo ciclo que estes alunos entraram.

Infelizmente também não se aproveitou tal mudança profunda no ensino fundamental e em sua organização para discuti-lo com a mesma intencionalidade presente na rede municipal quando da primeira implantação dos ciclos, ou seja, se voltar aos ciclos de formação ou à divisão dos ciclos em três como em 1992.

7. O INÍCIO DA GESTÃO DE FERNANDO HADDAD (2013-2014)

Por fim é preciso analisar a gestão do Prefeito Fernando Haddad, de 2013 até o final de 2014. Haddad havia sido ministro da Educação no Brasil de julho de 2005 até janeiro de

2012 e usa parte dos documentos e experiência desse período para implantar mudanças significativas no sistema de ciclos da rede municipal.
A proposta da gestão Haddad, que teve neste período como secretário de educação o Sociólogo Cesar Callegari, de abrir diálogo com os segmentos da escola pública começa em abril de 2013, com a publicação do documento: Considerações sobre o currículo e os direitos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos na rede municipal de São Paulo: contexto e perspectivas.
Em agosto de 2013 é lançado para consulta pública de 30 dias via site e reuniões presenciais para permitir o debate, críticas e sugestões dos profissionais de educação e da sociedade em geral o documento: Mais Educação São Paulo - Programa de Reorganização Curricular e Administrativa, Ampliação e Fortalecimento da Rede Municipal de Ensino de São Paulo o qual depois de algumas mudanças geradas gera o documento final de mesmo nome em outubro de 2013.
No aspecto de ciclos tal documento propõe à volta aos três ciclos existentes antes da mudança do governo Pitta, mas com novos nomes e objetivos: o Ciclo de Alfabetização (do primeiro ao terceiro ano), o Ciclo Interdisciplinar (do quarto ao sexto ano) e o Ciclo Autoral (do sétimo ao nono ano do Ensino Fundamental).
O primeiro ciclo pressupõe como aprendizagem para alcançar seu objetivo e pular etapas a alfabetização e a aprendizagem das operações matemáticas básicas. Tal ciclo e objetivo se baseiam em estudos que norteiam como idade aceitável para a alfabetização plena da criança os oito anos. A administração usou como base a adesão ao programa do governo federal Pacto nacional pela educação na idade certa (PNAIC) colocado pela medida provisória 586/2012.
O segundo ciclo tem os objetivos de ampliar a autonomia do aluno em leitura e escrita, na resolução de problemas e oferecer novas disciplinas, mas tudo com o objetivo da interdisciplinaridade. Os documentos mostram nas avaliações externas, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), uma queda considerável de aprendizagem satisfatória entre os alunos dos anos iniciais e dos anos finais do ensino fundamental, o que demonstraria uma dificuldade dos alunos de passar do professor e dos conteúdos generalistas para os especializados.
A administração demonstra a intencionalidade de permitir uma passagem mais tranquila ao aluno fazendo com que haja docência compartilhada neste ciclo.
O terceiro e último ciclo é o Ciclo Autoral, que possui o objetivo de construção construtivista do conhecimento a partir de projetos com autoria compartilhada para produzir uma intervenção social. A produção necessária para demonstrar a aprendizagem requerida é o TCA (Trabalho Colaborativo Autoral) que será apresentado pelos alunos apenas no 9º ano, mas que já irá contar com um professor orientador para auxiliar a produção do aluno desde o 7º ano.
Tais mudanças são efetivadas de forma que os dois primeiros ciclos só permitissem a retenção no ano final dos mesmos, mas jamais estes devem se tornar aprovação automática, pois se deve acompanhar a dificuldade do aluno e oferecer recuperação contínua com avaliações formativas e para a aprendizagem. No último ciclo embora haja um projeto que abrange sua totalidade na qual há uma produção final, que é o TCA, é possível haver retenção por notas e por não se atingir o nível adequado de aprendizagem e habilidades no 7º, 8º e 9º ano.
A administração justifica assim tal característica:
A organização em ciclos pressupõe a consideração de fases de desenvolvimento e de respeito aos ritmos diferenciados de aprendizagem. Isso significa que distintos instrumentos e estratégias avaliativos sejam utilizados com a finalidade de apontar conquistas e fragilidades, servindo de base para a reflexão e a proposição de atividades, trabalhos e orientações que contribuam para o avanço na aprendizagem e para a superação de dificuldades. O acompanhamento do processo é contínuo. As sinalizações de problemas relacionados à aprendizagem devem permitir o diagnóstico precoce, porém, em circunstâncias nas quais se evidenciam que as dificuldades não foram superadas ainda, a retenção pode ser necessária (SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica, p.

102).
Os documentos afirmam também que a avaliação em todos os ciclos deve ser formativa, que deve haver enfoque na autonomia do aluno, que deve haver valorização e formação contínua dos professores, que a avaliação no primeiro ciclo será por conceitos e nos dois últimos ciclos por notas de 0 a 10, entre outros. Observando a intencionalidade geral dos textos e o que efetivamente foi implantado na rede a partir de 2014 se mostra certa dubiedade.
Em alguns aspectos pode-se dizer que esta nova configuração se aproxima do ciclo de formação ideal buscado nos documentos da época de Paulo Freire, por exemplo, quando enfatiza objetivos claros ligados à formação intelectual e à idade do aluno aos ciclos: alfabetização, interdisciplinaridade, autoria e autonomia ou mesmo quando valoriza a produção do aluno vinculada à realidade social e também quando preconiza como avaliação ideal a voltada à aprendizagem dos alunos.
Em outros aspectos tais mudanças lembram muito um ciclo próximo da progressão continuada e até mesmo da seriação no caso do último ciclo; pois causa estranheza que o principal projeto do ciclo autoral seja um que abarca seus três anos com produto final no último ano e o aluno possa ser retido por aspectos da aprendizagem curricular tradicional já no primeiro ou segundo ano do ciclo.
Chama a atenção também o prazo exíguo de abertura do debate e de sugestões (entre abril e outubro de 2013) para as profundas mudanças feitas; sem participação efetiva da comunidade escolar não há ciclos de formação, a forma impositiva não cria conteúdos dialógicos.
Outro aspecto a se destacar é que no documento de agosto de 2013 as mudanças nos ciclos são justificadas para se alcançar em 2016 no Ideb da rede municipal dos anos iniciais e finais a nota mínima respectivamente de 5,4 e 5,3. Mas uma mudança que visa notas quantitativas em uma avaliação externa não gera de fato ciclos de formação que respeitam os diferentes tempos de aprendizagem e as fases da vida de uma criança; felizmente no documento final de outubro de 2013 aparece que a principal intencionalidade da mudança feita nos ciclos é a melhoria da qualidade social da educação, que por consequência melhorará o Ideb.
A análise crítica é válida, mas as mudanças efetivadas para três ciclos com objetivos claros e com a avaliação para a aprendizagem se aproximam daquilo que havia sido proposto e pensado nos documentos de 1992, que é buscar um ciclo que garanta emancipação, formação e que respeite os alunos para que eles sejam autônomos e construtores ativos e críticos da realidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do artigo como um todo se pode concluir que a meta de atingir um sistema de ciclos de aprendizagem que vá além dos muros da escola e se torne condizente com um ciclo de formação está presente nas primeiras discussões e debates da rede municipal de educação paulistana já na gestão, como secretário, de Paulo Freire.
O objetivo de se criar ciclos naquele momento e para o futuro era que sejam diretamente vinculados às etapas da vida do aluno e que façam diferença dentro da escola e para toda sociedade. Levando à noção de se respeitar o tempo e o espaço de cada indivíduo, demonstrando que a justiça e a igualdade se fazem tratando de maneira desigual os desiguais, mas respeitando e estimulando em todos os alunos sua própria autonomia e emancipação de toda opressão.
As diferentes gestões eleitas democraticamente desde 1989 mudaram a intencionalidade dos ciclos e por vezes o mantiveram na prática como progressão continuada e até mesmo como aprovação automática subvertendo seu sentido e o afastando de sua função libertadora.
Houve mudanças puramente tecnicistas e instrumentais, feitas para se adequar a objetivos tomados de avaliações externas ou até mesmo para se adaptar à legislação federal, mudando os ciclos apenas no que se refere aos blocos de série sem vinculá-los com objetivos de aprendizagem ou de etapas da vida.
O currículo neste período observado também mudou várias vezes, mas na maioria delas, sem estar relacionado à concepção do ciclo de formação ideal.
A gestão Fernando Haddad, embora haja inúmeras críticas de forma e conteúdo nas mudanças educacionais efetivadas pela mesma, teve o mérito de, do ponto de vista organizacional, voltar à forma defendida na gestão de Paulo Freire e Cortella com três ciclos vinculando-os a aprendizagens específicas e saltos de momentos próprios da vida humana que permitem trabalhar com currículos e professores especialistas, interdisciplinaridade e autoria, por exemplo, e tudo isso sempre com o objetivo de permitir uma intervenção social.

Essa trilha sinuosa traçada pela democracia seguirá existindo e ainda há muito a ser feito para atingir o objetivo pleno de um ciclo de formação e de uma escola que estimule uma sociedade ainda mais democrática, inclusiva e libertadora para todo município de São Paulo.

REFERÊNCIAS

CORTELLA, Mário Sérgio. A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos. 5ªed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 38ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 20ªed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

. A Educação na Cidade. 5ªed. São Paulo: Cortez, 2001.

. Que Fazer: Teoria e Prática em Educação Popular. 7ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

FREITAS, Luiz Carlos de. Ciclos, seriação e avaliação. São Paulo: Moderna, 2003.

MOLL, Jaqueline e Colaboradores. Ciclos na escola, tempos na vida: criando possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2004.

AGUIAR, Denise Regina da Costa. A proposta de política pública educacional no Município de São Paulo: a (des)construção de uma Escola pública popular, democrática e com qualidade. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 25, 2011, São Paulo. Anais... Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0132.pdf>. Acesso em: 29 set. 2015.

BRASIL. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília, 1996

BRASIL. Medida Provisória nº 586, de 8 de novembro de 2012. Diário Oficial da União (DOU). Atos do Poder Executivo, Brasília, DF, 9 nov. 2012. Seção 1, p.1.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. Documento: Aos que fazem a educação conosco em São Paulo/ Construindo a Educação Pública Popular. Suplemento do Diário Oficial do Município, de 01/02/1989.

SÃO PAULO, Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, 1992. Regimento Comum das Escolas Municipais.

SÃO PAULO, Conselho Municipal de Educação, 1998, Portaria n º 1971/98.

SÃO PAULO, Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, 2003, EducAção Nº 04, SME/DOTG/ Sa 013/03.

SÃO PAULO, Secretaria Municipal de educação de São Paulo, 2003, EducAção Nº 05.

SÃO PAULO, 6328/05. Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, 2005, Portaria

SÃO PAULO, 4507/07. Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, 2007, Portaria

SÃO PAULO, 5403/07. Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, 2007, Portaria

SÃO PAULO, 5555/10. Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, 2010, Portaria

SÃO PAULO, Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. Programa Mais Educação São Paulo : subsídios para a implantação / Secretaria Municipal de Educação. – São Paulo : SME / DOT, 2014.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SME). Considerações sobre o Currículo e os Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento dos Alunos na Rede Municipal de São Paulo: Contexto e Perspectivas. São Paulo, 2013. DisponívEl em: <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Portals/1/Files/10564.pdf>.

Acesso em 30 set. 2015
.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SME). Programa de Reorganização Curricular e Administrativa, Ampliação e Fortalecimento da Rede Municipal de Ensino de São Paulo. São Paulo, 2013. Disponível em: <http://portal.sme.prefeitura.sp.gov.br/Portals/1/Files/10566.pdf>. Acesso em 30 set. 2015.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SME). MAIS EDUCAÇÃO SÃO PAULO-Programa de Reorganização Curricular e Administrativa, Ampliação e Fortalecimento da Rede Municipal de Ensino de São Paulo. São Paulo, 2013, Disponível em: <http://maiseducacaosaopaulo.prefeitura.sp.gov.br/download/docs/Devolutiva_da_Co nsulta_Publica.pdf>. Acesso em 30 set. 2015.



Seu artigo na Revista

ITEQ Educacional

Entre em contato conosco e saiba como enviar seu artigo.

www.grupoiteq.com.br

ITEQ

(11) 2074-5110 (11) 97355-2554